

PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO COTIDIANO ESCOLAR: CAMINHOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Suzana Grimaldi Machado
Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)
suzana.machado@ifes.edu.br;

Aline Cristina de Souza
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
alinezenaro@gmail.com

Jéssica Morito Veloso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
jessicavelosomorito@hotmail.com

Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 estabelece como uma de suas diretrizes a “promoção do princípio da gestão democrática da escola pública” e, na meta 19, as estratégias para sua efetivação (BRASIL, 2014, n.p.). A partir disto, tem-se intensificado os debates e reflexões sobre a temática no cenário educacional. No entanto, observa-se que esta diretriz ainda está distante da efetividade.

Os desafios enfrentados pelas instituições escolares para que a aplicabilidade da gestão democrática se concretize são inúmeros, mas, de acordo com o Documento Referência para a CONAE 2024, é possível notar um aumento, embora pouco significativo, nos indicadores de criação de órgãos colegiados, como, por exemplo, o Grêmio Estudantil e a Associação de Pais e Mestres (Estratégia 19.4 do PNE). Contudo, isso não se configura, imediatamente, em participação ativa nos processos decisórios das escolas, como as discussões acerca dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), currículos escolares e normas gerais da instituição (Estratégia 19.6 do PNE).

Sobre esse tema, tem-se um estudo realizado por Souza (2022), junto a diretores de escolas públicas brasileiras, o qual identificou que a criação de colegiados estudantis pode ser um elemento facilitador para a participação dos estudantes nos processos deliberativos da escola, como, por exemplo, a revisão do PPP ou de currículos escolares, mas que, ainda assim, há um longo percurso para que a participação se efetive de fato.

Diante do exposto, este resumo expandido tem por objetivo apresentar uma experiência vivenciada por uma das autoras na reestruturação do Grêmio Estudantil e no

processo de revisão de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), analisando-a à luz das estratégias 19.4 e 19.6, da meta 19 do PNE, sinalizando desafios e contribuindo na construção de possibilidades para esta efetivação.

A reestruturação do Grêmio Estudantil e a revisão dos PPCs dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio: construindo tempos e espaços para a participação

A pandemia da Covid-19, no ano de 2020, impactou o cotidiano escolar de modo bastante significativo; a exigência do afastamento impôs uma nova realidade e muitas das relações e processos distanciaram-se ainda mais. Isso não foi diferente para as organizações estudantis, especialmente àquelas que ainda estavam se consolidando, como é o caso do Grêmio Estudantil, alvo deste relato. Passado mais de um ano em atividades não presenciais e, com o retorno gradativo, ainda intercalando momentos presenciais com não presenciais, incentivar a representação e o protagonismo dos estudantes não foi tarefa fácil.

Porém, entendendo como Dayrell (2006), que os grêmios são uma força importante e que favorecem a gestão democrática, com atuação crítica no cotidiano escolar, os líderes de turma – outra forma de representação estudantil – em parceria com uma equipe de profissionais da escola, iniciou um movimento para reconstruir o grêmio e a sua atuação fragilizada com a pandemia.

Para reconstruí-lo, foi preciso, antes de tudo, retomar o sentimento de pertencimento à escola e motivar os estudantes a participarem desses momentos de debate e construção de um movimento estudantil. Para isso, buscou-se trabalhar com os fundamentos da escuta ativa e da cultura colaborativa, essenciais para a edificação de processos de gestão democrática na escola (LUIZ, 2021). Escutar, estabelecer o diálogo e acolher, como diz Moura e Gianella (2016), são essenciais para o senso de pertencimento dos estudantes à instituição.

Diante disto, foram organizados momentos para debates, para conhecer movimentos estudantis e a história do Grêmio da escola, bem como para organizar a comissão eleitoral e o regimento, além de expor o quanto essa representação pode fazer a diferença no cotidiano escolar. A eleição da Diretoria do Grêmio Estudantil foi realizada em setembro e o Grêmio iniciou os trabalhos, com diversas ações sendo desenvolvidas.

Dentre elas, a participação nas discussões da revisão dos PPCs dos cursos técnicos integrados.

A participação estudantil, em qualquer aspecto do cotidiano escolar, é de grande importância e quando se trata da revisão dos PPCs essa relevância é ainda maior. Nesse movimento, é possível identificar lacunas, excessos, avanços e recuos que precisam ser realizados. Ouvir os estudantes, incentivando-os a refletirem sobre o curso, pontos positivos e negativos, evitando juízos de valor superficiais, como “*não gosto dessa disciplina/professor*”, trouxe uma dinâmica diferente à escola.

O Grêmio realizou uma pesquisa com os seus pares, procurando saber o que achavam do curso e como ele poderia ser organizado para atender melhor às necessidades e expectativas dos estudantes, categorizando as respostas para apresentação futura.

Criaram-se, também, espaços e tempos para escuta das demandas entre os estudantes e para reflexão coletiva, que culminou em uma reunião com os profissionais da escola para apresentação das propostas coletadas pelo Grêmio. Mesmo que não se tenha tomado decisões consensuais acerca das propostas; com debates, por vezes, exaltados, houve a possibilidade de todos serem ouvidos e apresentarem seus pontos de vista a partir do lugar que ocupam no processo educativo. E, embora o processo de revisão do PPC ainda esteja em andamento e não haja como garantir que as proposições serão implantadas, pode-se afirmar que a abertura ao diálogo com aqueles que recebem, cotidianamente, o prescrito no currículo escolar, consiste em um indicativo de que é possível pensar em ações mais democráticas na escola, validando as estratégias 19.4 e 19.6 do PNE.

O percurso citado acima, foi um primeiro exercício, ainda que tímido, em busca da participação ativa dos estudantes e, espera-se que com a retomada das discussões acerca da revisão dos PPCs, outros debates e novas formas de participação sejam incitados e potencializados.

A gestão democrática e a participação estudantil: identificando desafios e construindo possibilidades

Muitos são os desafios para garantir a gestão democrática e a participação estudantil na escola. Dentre eles, citam-se aqueles mais relacionados aos estudantes e

profissionais, retirando do foco, por ora, questões de infraestrutura, administrativas e financeiras.

Garantir a participação efetiva de todos os estudantes é um dos desafios que precisam ser superados para que os debates sejam profícuos e reflitam, de fato, a opinião dos estudantes. Segundo relatos do Grêmio, nem sempre os estudantes respondem ou participam das propostas, o que acarreta a não escuta e o impacto frente ao resultado final do processo. Com um índice de participação insuficiente, comprehende-se que propor mudanças estruturais como é o caso da mudança de um PPC, torna-se ainda mais complexo.

Outro desafio que se coloca, refere-se ao envolvimento dos profissionais e o reconhecimento deles; bem como a importância da participação de toda a comunidade escolar. No entanto, nota-se, ainda, resistência de alguns profissionais ao diálogo.

Para que a participação seja efetiva, é preciso que a escola mude; com espaço de construção e participação coletiva; onde todos possam dialogar e refletir sobre os problemas e desafios, propondo soluções; com os pressupostos de cidadania praticados por meio do direito à participação e à educação plena. E, para que a escola mude, os profissionais da escola precisam estar dispostos à essa mudança, agindo em prol dela.

Nesta perspectiva, comprehende-se que não existem fórmulas ou mesmo receitas que auxiliem na promoção da participação estudantil nos processos decisórios, mas sim, possibilidades de mediação e concretização desse movimento, como a experiência aqui relatada. Acredita-se que incentivar a colaboração, mesmo que com dificuldades e ausência de consensos e entendimentos, possa ser um caminho para que, pouco a pouco, essas práticas sejam incorporadas e se tornem parte do cotidiano escolar. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas não se pode negar que passos importantes já foram dados.

Referências

BRASIL. LEI N° 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014.

BRASIL. Documento Referência CONAE 2024 - Conferência Nacional de Educação [Plano Nacional de Educação 2024-2034 - política de Estado para a garantia da educação como direito humano]. Brasília/DF: MEC, 2023.

DAYRELL, Juarez Tarcísio (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MOURA, M. S. S.; GIANELLA, V. A arte de escutar: nuances de um campo de práticas e de conhecimento. **Revista Terceiro Incluído**, v.6, p.9-24, 2016.

LUIZ, M. C. (Org) **Mentoria de diretores escolares: formação e contextos educacionais no Brasil**. Documento eletrônico. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021.

SOUZA, A. C. **Desafios escolares na compreensão dos diretores brasileiros: evidências da relação com o saber**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.